

# Relatório & Contas 2021

BIZ Capital Private Equity fund

# GreenPower - Fundo de Capital de Risco

Número de pessoa coletiva 720 012 758 • Registado na CMVM com o código n.º 1530
Entidade Gestora: BIZ Capital SGOIC, S.A. - Capital Social 250 000 € - Matriculada na CRC Lisboa sob o n.º único
de matrícula e pessoa coletiva 509 753 540.Registada na CMVM em 26/10/2011

Av. Eng.º Duarte Pacheco - Amoreiras -Torre 2 - Piso 16 - Fracção BA • 1070-102 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 21 359 18 00 • Fax: +351 213 591 897 • info@bizcapital.eu • www.bizgroup.eu



# ÍNDICE

Relatório de Gestão	2
Demonstrações Financeiras Auditadas	6
Anexo às Demonstrações Financeiras	11
Relatório de Auditoria	29

GREENPOWER PRIVATE EQUITY FUND

**RELATÓRIO DE GESTÃO** 

**Enquadramento Macroeconómico** 

O ano de 2021 continuou a ser caracterizado pela pandemia provocada pelo novo coronavírus que afetou,

inevitavelmente, de forma profunda a economia à escala mundial.

**Economia Mundial** 

O ano de 2021 ficou marcado pela agitação nos mercados financeiros iniciando com uma forte crença na reflação

da economia mundial, com o regresso à normalidade propiciado pelas vacinas e vastos estímulos orçamentais a

sustentarem a tese da maioria dos investidores.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a economia mundial, durante este período, , teve um

crescimento de 5,9% face ao período anterior. Os progressos no processo de vacinação ocorridos em todo o

Mundo, contribuíram positivamente para este crescimento, peso embora o aparecimento de duas novas

variantes, Delta e Ômicron obrigou a uma nova resposta generalizada em termos de política económica, tanto na

vertente monetária, como na orçamental.

Tendo-se verificado de um modo geral, um abrandamento da epidemia COVID-19, o 1º trimestre de 2022 está a

ser caracterizado por um clima de incerteza. Esta incerteza está intimamente relacionada com o desenrolar da

guerra russa na Ucrânia bem como com o impacto das atuais sanções e com as possíveis medidas adicionais. Para

2022 prevê-se ainda um cenário de forte incerteza no que respeita às perspetivas de atividade e inflação a nível

global.

Neste sentido, o FMI reviu todas as previsões em baixa para os Estados Unidos bem como na zona euro. A

economia dos EUA deverá recuar na ordem de 1,6%, atingindo uma expansão de 4%.

Na zona euro as previsões apontam para um corte de 1,3 pontos percentuais na taxa prevista de crescimento,

avançando apenas com 3,9%. Todas as quatro grandes economias europeias são afetadas, especialmente a Itália

e França, que devem crescer menos 2,4 pontos e 3,2 pontos percentuais, respetivamente. Itália avança assim

apenas 3,8% em 2021 e França 3,5%.

Em termos de índices bolsistas, e apesar da queda da economia a nível mundial, os índices CAC40 e S&P 500

registaram performances muito interessantes, valorizando 28,85% e 26,89% respetivamente. Nos EUA, o índice

Dow Jones valorizou 18,73% e na Europa, o DAX subiu 17,79%, e o IBEX, de 15,5%.

**GREENPOWER Fundo de Capital de Risco** 

Número de pessoa coletiva 720 015 758 • Registado na CMVM com o código n.º 1530

**Economia Portuguesa** 

Após uma queda histórica do PIB português em 2020 (-8,4%), verificou-se uma evolução positiva de 4,8% no ano

de 2021. Esta recuperação decorreu dos progressos na vacinação conduzindo a uma recuperação nos setores

mais dependentes de contacto pessoal, tais como os setores do turismo, por via do incremento da confiança dos

portugueses.

De acordo com as previsões do Banco de Portugal, o PIB deverá crescer 5,8% em 2022 e 3,1% em 2023. Com estes

números, o BdP espera que o Produto Interno Bruto português regresse ao nível pré-pandemia na primeira

metade de 2022. Em consonância com o crescimento da economia, o índice bolsista PSI registou um crescimento

na ordem dos 13%.

Atividade do Fundo

Caracterização

O Fundo de Capital de Risco GreenPower iniciou a sua atividade em outubro de 2019 encontrando-se sediado em

Portugal, devidamente autorizado e supervisionado pela CMVM (Comissão de Mercados de Valores Mobiliários).

A sua Administração e Gestão competem à BIZ Capital, SGOIC, S.A., que integra um grupo financeiro independente

(Grupo BIZ) com mais de quinze anos de existência e que se encontra sob a supervisão do Banco de Portugal,

CMVM e ASF.

A equipa de Gestão conta com mais de 20 anos de experiência no sector financeiro, nacional e internacional,

oferecendo todas as garantias de competência, idoneidade e salvaguarda dos interesses acionistas.

Estratégia de Investimento

O Fundo tem como finalidade prioritária investir o seu património na aquisição de participações no capital social,

de instrumentos de dívida, de suprimentos e de prestações acessórias, em projetos que garantam diversificação

tecnológica e sectorial dentro do espectro fotovoltaico, eólico e hídrico com potencial de crescimento,

rentabilidade operacional atual ou potencial e ganhos sustentados.

Por outro lado, serão avaliadas oportunidades que surjam de projetos já em funcionamento e com necessidades

de repowering em Portugal e Espanha.

**GREENPOWER Fundo de Capital de Risco** 

GREENPOWER

Carteira de Investimentos

Durante o exercício de 2021, o GreenPower adquiriu 30% da participação da Power Pogress, Lda em parceria com

o Fundo GreenPower Europa (S.C.A.) SICAF-RAIF. Ainda no âmbito da parceria entre os dois Fundos, adquiriram

conjuntamente 90% do Projeto Alicante. Este projeto encontra-se dividido, atualmente, em três parques, sendo

estes Fuente la Higuera Solar, SL, Espejeres Solar, SL e Rabasse Solar, SL, sendo que dos 90% adquiridos apenas

30% correspondem à participação do GreenPower, FCR.

Durante o ano transato o Fundo adquiriu uma participação de do BIZ Europa Bear no montante total de

1.000.000€.

Evolução prevista para a atividade

A pandemia COVID-19 continuou a marcar fortemente o ano de 2021 tendo sido um ano profícuo na análise de

novos projetos ligados às energias renováveis.

Durante este período, foram identificados projetos com o potencial desejado, encontrando-se, alguns deles, em

fase de Due Diligence, técnica, jurídica e financeira que, no caso de cumprirem os requisitos pretendidos poderão

ser concretizados durante o exercício de 2022 e passarem a integrar o portfolio do Fundo GreenPower.

No final do exercício em apreciação, o Fundo GreenPower formalizou um importante programa de investimento

em UPAC industriais com tecnologia fotovoltaica, sedeadas em Portugal, pelo que se esperam novos

investimentos no decorrer de 2022. Concomitantemente, prossegue o plano de investimento no Projeto Eólico

em Espanha (Hepotas - Galiza).

O primeiro trimestre do ano foi condicionado pelas novas variantes do vírus COVID-19 e o aparecimento do

conflito russo em território ucraniano. A recuperação económica dependerá bastante do sucesso das medidas de

"combate" ao vírus e das medidas sancionatórias em relação à Rússia. Deste modo, o Fundo GreenPower em

conjunto com os seus parceiros de investimento tem vindo a tentar tomar as medidas que achamos convenientes

por forma a minimizar o máximo possível os impactos e por forma a não colocar em causa a continuidade das

operações.

Avaliação de Desempenho

Em 31 de dezembro de 2021, o valor líquido global do fundo GreenPower ascendia a 3.520.929 euros

encontrando-se repartido por 71,03 unidades de participação.

GREENPOWER Fundo de Capital de Risco

Número de pessoa coletiva 720 015 758 • Registado na CMVM com o código n.º 1530



# Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Como é do conhecimento geral, o Mundo continua a ser afetado pela pandemia COVID-19 embora se constate um claro abrandamento da mesma. Contudo, durante este primeiro trimestre do ano de 2022, o Mundo encontrase se severamente afetado pela guerra russa em território ucraniano.

Em termos de funcionamento, à semelhança dos acontecimentos do ano transato, a Sociedade Gestora implementou todos os mecanismos para minimizar os riscos para a saúde dos seus colaboradores e parceiros de negócio.

Desde logo, foram iniciados todos os testes por forma a garantir que o trabalho remoto funcionaria de forma correta e segura. Garantidos estes dois fatores, foi de imediato implementado o regime de teletrabalho para a totalidade dos seus colaboradores.

A partir do mês de agosto, e em consequência do desagravamento das medidas, foi decido que as equipas voltariam ao trabalho em regime presencial.

# Aplicação do resultado

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício no montante de 54.555€ euros seja aplicado da seguinte forma:

Resultados transitados: 54.555 € euros

Lisboa, 30 de março de 2022

O Conselho de Administração,

**Armando Carvalho Nunes** 

Armando Paulo Sepúlveda

**Nuno Fonseca Pinto** 

Luís de Freitas Centeno



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



# BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

THE PARTY OF THE P		DATA	
RUBRICAS	NOTAS -	31-12-2021	31-12-2020
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Investimentos financeiros	5	2.537.499	-
Total de ativo não corrente		2.537.499	-
ACTIVO CORRENTE			
Outros créditos a receber	6	471.620	65.765
Outros ativos financeiros			
Adiantamentos de outros ativos financeiros	7	541.361	539.018
Caixa e depósitos bancários			
Depósitos bancários	8 _	5.259	2.383.188
		5.259	2.383.188
Total de ativo corrente	_  -	1.018.241	2.987.970
TOTAL DO ATIVO	0	3.555.740	2.987.970
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	9	3,520,929	3.007.95
Resultados transitados	9	(38.090)	(9.45)
Resultado líquido do período	9	54.555	(28.640
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		3.537.393	2.969.86
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Total do passivo não corrente			
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores			
Fornecedores	10	9.393	12.57
Estado e outros entes públicos	10	644	
Outras dividas a pagar	11	8.310	5.53
Total do passivo corrente		18.347	18,10
TOTAL DO PASSIVO		18.347	18.10
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		3.555.740	2.987.97

O anexo faz parte integrante do balanço do exercício em 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

C 33132



# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS		PERIODOS	
		2021	2020
	12	(121 514)	(94.405
	13	136.166	58.654
de financiamento e impostos		14.652	(35.751
ortização		-	
de financiamento e impostos)		14.652	(35.751
~	14	39.903	7.111
Resultado antes de impostos		54.555	(28.640
Pacultada líquida da paríoda	-	54 555	(28.640
	s de financiamento e impostos ortização de financiamento e impostos) Resultado antes de impostos	12 13 s de financiamento e impostos ortização de financiamento e impostos) 14 Resultado antes de impostos	12 (121.514) 13 136.166 14.652 14 39.903

O anexo faz parte integrante do balanço do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

C 33134



# DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

				(Montantes exp	ressos em euros)
Posição no Início do período 2020	Notas	Capital subscrito 2.227.000	Resultados transitados	Resultado líquido do período (9.450)	Total do capital próprio 2.217.550
Alterações no período: Reconhecimento do resultado liquido do exercicio :	anterior		(9.450)	9.450	
			(9.450)		2,217.550
Resultado líquido do período				(28.640)	(28.640)
Resultado integral				(28.640)	2.188.910
Operações com detentores de capital no período					
Realizações de capital	8	780.951		72	780.951
Posição no fim do período 2020		3.007.951	(9.450)	(28.640)	2.969.861
	Notas	Capital subscrito	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2021		3.007.951	(9.450)	(28.640)	2.969.861
Alterações no período:  Outras alterações reconhecidas no capital próprio:					
Reconhecimento do resultado liquido do exercicio	anterior	-	(28.640)	25,640	-
			(38.090)		2.969.861
Resultado iíquido do período				54.555	54.555
Resultado integral				54.555	3.024.416
Operações com detentores de capital no período:					
Realizações de capital	8	512.977	•		512.977
Posição no fim do período 2021		3.520.928	(38.090)	54.554	3.537.393

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

C 33172



# Green Power - Fundo de Capital de Risco

# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

			PERÍO	oos	
_	Notas	2021		202	0
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:					
Pagamentos a fornecedores		(188.625)		(124.501)	
Caixa gerada pelas operações		(188.625)		(124.501)	
Outros recebimentos / pagamentos		(628)		(263)	
Fluxos das actividades operacionais [1]		(18	9.253)	( <del>-</del>	(124.764
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos financeiros		(2.739.309)			
Outros ativos financeiros		(2.343)	12	(500.000)	
Recebimentos provenientes de:					
Recebimentos de juros		40.000			
Fluxos das actividades de investimento [2]		(2.70	1.652)	В	(500.000
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital própric	8	512.977	-	780.951	
Pagamentos respeitantes a:					
Fluxos das actividades de financiamento [3]		51	2.977	-	780.951
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(2.37	7.928)		156.188
Efeito das diferenças de câmbio					
Caixa e seus equivalentes no início do período	6	2.38	3.188		2.227.000
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6		5.259		2.383.188

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado

633132



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



# **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

# 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O GreenPower – Fundo de Capital de Risco, doravante "Fundo", constituído por tempo determinado nos termos e de acordo com o Lei 18/2015, de 4 de março, é um fundo de investimento de capital de risco, com sede em Portugal, cujo património se destina à aquisição, por tempo limitado, de instrumentos de capital próprio e de instrumentos de capital alheio e, sociedades com elevado potencial de desenvolvimento, como forma de beneficiar da respetiva valorização.

O Fundo constitui património autónomo constituído em 22 outubro de 2019 e tem uma duração de 10 anos, podendo ser prorrogável por um período máximo de dois períodos suplementares de até um ano cada, sob proposta de uma sociedade gestora. A sociedade gestora do Fundo é a BIZ Capital, SGOIC, S.A. ("Sociedade Gestora"), sendo o Banco de Investimento Global, S.A., com sede em Portugal, a exercer as funções de "Banco Depositário".

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, na reunião de 30 de março de 2022. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Participantes, nos termos do Regulamento de Gestão e da legislação em vigor para o setor do Capital de Risco em Portugal.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Fundo, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

# 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do Fundo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas, conforme estabelecido no regulamento da CMVM nº 12/2005 de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e com as especificidades previstas no regulamento supra referido e no Regulamento nº 3/2015 da CMVM.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são

as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade, de acordo com

o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos do Fundo de acordo com

os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Capital de Risco e tendo

em consideração os princípios da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da

compensação e da informação comparativa.

Tal como no ano anterior este exercício foi também marcado pela infeção pelo novo Coronavírus, que

será determinante para a atividade socioeconómica do país e do mundo.

Portugal, em linha com a União Europeia tem adotado várias medidas que vão no sentido de procurar

mitigar os impactos na economia nacional deste evento. De entre estas medidas destacam-se as de apoio

à tesouraria das empresas, que se espera apresentem consequências positivas ao nível da manutenção

do emprego e dos rendimentos, como forma de tentar sustentar a procura interna e manter a economia

em funcionamento.

Desta forma, a Sociedade Gestora do Fundo GreenPower em conjunto com os seus parceiros de

investimento tem vindo a procurar tomar as medidas que acha convenientes por forma a minimizar ao

máximo os possíveis impactos e por forma a não colocar em causa a continuidade das operações.

A Administração da Sociedade Gestora procedeu à avaliação da capacidade de o Fundo operar em

continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira,

comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações

financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração da Sociedade

Gestora concluiu que o Fundo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo

intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da

continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

**GREENPOWER Fundo de Capital de Risco** 

Número de pessoa coletiva 720 015 758 • Registado na CMVM com o código n.º 1530

3.2 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Fundo se torna parte das

correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto no regulamento da

CMVM nº 3/2015. Os ativos e os passivos financeiros são mensurados com uma periodicidade mínima

semestral, pelos métodos (i) do custo amortizado e (ii) do justo valor, de acordo com os critérios de

avaliação estipulados para os Fundos de Capital de Risco ("FCR").

(i) **Custo Amortizado** 

São mensurados ao custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes

caraterísticas:

Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;

Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e

Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro

derivado.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

1. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa,

depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis no curto prazo e para

os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos

financeiros não difere do seu valor nominal.

2. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente,

o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

**GREENPOWER Fundo de Capital de Risco** 

(i) Ao justo valor

3. **Investimentos financeiros** 

Em 31 de dezembro de 2021, os investimentos financeiros do Fundo são mensurados ao justo valor,

utilizando o critério do valor de aquisição, ao abrigo do Regulamento da CMVM n.º 3/2015. De acordo

com o n.º 4 do artigo 4º, o valor de aquisição apenas pode ser usado nos dozes meses seguintes à data de

aquisição.

Após o período de doze meses referido acima, as participações financeiras em outras entidades são

mensuradas ao justo valor, sendo as variações do respetivo justo valor registadas em resultados na rubrica

"Aumentos/(reduções) de justo valor". O justo valor é apurado de acordo com as regras definidas pela

CMVM e, subsidiariamente, as regras definidas pela EVCA ("European Private Equity & Venture Capital

Association").

Após o período de doze meses referido acima, as unidades de participação em outros Fundos de Capital

de Risco são registadas pelo último valor patrimonial divulgado pela entidade responsável pela gestão.

(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros (registados ao valor conservador) são sujeitos a testes de imparidade em cada data

de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de

que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus

fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período

em que são determinadas.

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Fundo desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa

expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e

todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. O Fundo desreconhece passivos

financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

**GREENPOWER Fundo de Capital de Risco** 

Número de pessoa coletiva 720 015 758 • Registado na CMVM com o código n.º 1530

3.3 Rédito

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que

benefícios económicos fluam para o Fundo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito do Fundo a

receber o correspondente montante.

3.4 Comissão de Gestão e de Depositário

A Sociedade Gestora cobra ao Fundo uma comissão anual nominal de 1% sobre o valor total do ativo do

Fundo, durante o período de investimento. O primeiro pagamento é efetuado na data de conclusão da

Primeira Fase, sendo os restantes pagamentos efetuados no final de cada trimestre posterior.

Adicionalmente, a Sociedade Gestora terá direito à comissão de desempenho até 20% do resultado

líquido realizado pelo Fundo durante a sua vida útil, desde que o Fundo apresente uma taxa de

rendibilidade composta anual de 8% e já tiver sido devolvido aos participantes a totalidade do capital por

eles realizado.

O Depositário cobra uma comissão de depósito à taxa nominal de 0,10%, postecipadamente e

trimestralmente, calculada sobre o valor realizado do Fundo em depósito.

3.5 Imposto sobre o rendimento

Os rendimentos de qualquer natureza obtidos por Fundos de Capital de Risco estão isentos de imposto

sobre o rendimento de pessoas coletivas, de acordo com o Estatuto dos Benefícios Fiscais ("EBF").

Aos rendimentos respeitantes a unidades de participação em Fundo de Capital de Risco aplica-se o regime

geral de tributação previsto nos códigos do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ("IRS") e

do Imposto sobe o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC").

3.6 Especialização de exercícios

O Fundo regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios,

pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do

**GREENPOWER Fundo de Capital de Risco** 

GREENPOWER PRIVATE EQUITY FUND

momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber", "Outras dívidas a pagar" e "Diferimentos".

# 3.7 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

#### 3.8 Principais fontes de incerteza

As reavaliações das Unidades de Participação em outros fundos de Capital de Risco baseiam-se no valor patrimonial divulgado pela Sociedade Gestora que poderá sofrer alterações significativas no futuro caso ocorram alterações no mercado e no setor de atividade dos investimentos de cada fundo.

# 4. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Atendendo ao enquadramento fiscal do Fundo, não foi apurado qualquer montante de imposto sobre o rendimento do exercício para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.



# 5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de "Investimentos financeiros" apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Investimentos financeiros		
Participações financeiras		
Power Progress, Lda	1.500	-
Fluente la Higuera Solar, S.L.	82.980	-
Espejeres Solar, S.L.	810	-
Rabassa Solar, S.L.	810	-
Outros investimentos financeiros		
Fundos		
Novenergia II	789.509	
Biz Europa Bear A	750.000	
Biz Europa Bear B	250.000	
Financiamentos concedidos/prestações suplementares		
Power Progress, Lda	660.000	-
Fluente la Higuera Solar, S.L.	1.890	
	2.537.499	0

Considerando que as participações financeiras foram adquiridas no decurso do exercício de 2021, as participações financeiras (*equity*) encontram-se registadas ao justo valor determinado com base no valor de aquisição.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Fundo adquiriu inicialmente 90% do capital social de quatro sociedades que se dedicam à produção, comercialização e estudos de energia solar, nomeadamente a Power Progress, Lda., Fluente la Higuera Solar, S.L., Espejeres Solar, S.L. e Rabassa Solar, S.L.. estas participações financeiras encontram-se registadas pelo justo valor através do do critério do valor de aquisição, uma vez que estas participações financeiras foram adquiridas há menos de 12 meses.

Através de diversos Share Purchase Agreement (SPA) assinados no final do exercício de 2021, o Fundo cedeu 63% o capital social à GreenPower Lux (Nota 6).



No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a quantidade de unidades de participação nos Fundos era como segue:

		2021	
	Quantidade	Valor de aquisição	Valor de balanço
Fundos de Capital de Risco:			
NovEnergia II	81,390	789.509	789.509
Biz Europa Bear A	754,0073	750.000	750.000
Biz Europa Bear B	249,4309	250.000	250.000
		1.789.509	1.789.509

Considerando que os investimentos financeiros em fundos de capital de risco foram adquiridos no decurso do exercício de 2021, estes investimentos financeiros encontram-se registadas ao justo valor determinado através do valor de aquisição.

Os investimentos em Fundos de Capital de Risco encontram-se registados como ativo não corrente, na medida em que o objetivo do Conselho de Administração da Sociedade gestora não passa por deter estes instrumentos para negociação.

Em setembro de 2021, a Empresa emprestou o montante de 660.000 Euros à participada Power Progress, Lda.. Este montante pode ser reembolsado durante o prazo de 8 anos, em função da situação financeira daquela participada. Este empréstimo não vence juros.



# 6. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Montantes a refaturar	176.529	58.654
Adiantamento para aquisição GreenPower Lux	288.077	-
Juros de financiamento concedido (Nota 16)	7.014	7.111
	471.620	65.765

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Valores a refaturar" inclui os montantes pagos pelo Fundo por conta das diversas entidades participadas, para gastos operacionais daquelas participadas, a ser recebido da GreenPower Lux ao abrigo dos diversos SPA.

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Adiantamentos por conta da GreenPower Lux" corresponde aos montantes adiantados pelo Fundo por conta da GreenPower Lux para aquisição da participação financeira na Fuente la Higuera Solar, S.L., Esperejes Solar, S.L. e Robassa Solar, S.L., nos montantes de 198.030 Euros, 1.890 Euros e 1.890 Euros, respetivamente, acrescidos de um prémio de 86.267 Euros. Inicialmente, o Fundo procedeu a um pagamento para aquisição de 90% das entidades referidas acima, tendo acordado com a GreenPower Lux a venda de 70% da participação detida anteriormente pelo Fundo, ao abrigo de um *Share Purchase Agreement* (SPA) assinado entre as entidades.

Em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica inclui o montante de 372.429 Euros com partes relacionadas (Nota 16).



# 7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de "Outros ativos financeiros" apresentava a seguinte composição:

	2021	2020
Hepotas, S.L.U.	500.000	500.000
Track Profit Energy, Lda	41.361	39.018
	541.361	539.018

Em dezembro de 2019, o *GreenPower* celebrou um contrato tripartido com a Track Profit Energy, Lda e a Palmeiro Foods, S.A. que consistiu na elaboração de um projeto de execução, no fornecimento, na instalação e na exploração de uma Projeto de Eficiência Energética. Em traços muito gerias, a Track Profit Energy será a entidade responsável pela implementação do projeto, o Fundo *GreenPower* será a entidade financiadora e a Palmeiro Foods, S.A. a entidade onde será implementado este projeto. Este projeto encontra-se totalmente implementado no montante de 41.361 Euros.

Em 2020, foi fechado o acordo para o projeto eólico de Hepotas (Espanha). Assim, o Fundo GreenPower comprometeu-se a financiar as duas fases do projeto através de dois empréstimos, nos montantes de 2.000.000 Euros e 1.500.000 Euros, com uma taxa de juro anual de 8% (Nota 14). Mediante a concretização dos pressupostos apresentados pelos promotores do projeto, o Fundo comprometeu-se a converter parte desses empréstimos em capital ficando, para o efeito, detentor de 50% do capital da sociedade que deterá o projeto. Até 31 de dezembro de 2021, a Empresa tinha concedido financiamento no montante de 500.000 Euros, encontrando-se a aguardar pela aprovação administrativa do projeto.



# 8. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Caixa e depósitos bancários" apresentava a seguinte composição:

		2020
Depósitos bancários	5.259_	2.383.188
	5.259	2.383.188

# 9. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

# Capital

Em 31 de dezembro de 2021, o capital do Fundo era de 3.520.929 Euros subscrito e realizado na sua totalidade, sendo composto por 71,03 UP's com o valor nominal de 49.801 Euros cada.

2021	2020
3.520.929	3.007.951
54.555	(87.450)
71,03	60,56
49.801	48.072
	3.520.929 54.555 71,03

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi subscrito e realizado capital no montante de 512.977 Euros.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital do Fundo é subscrito pelos seguintes participantes de capital:

2021	2020
1.931.156	1.507.951
1.000.000	1.000.000
400.000	400.000
100.000	100.000
89.773	-
3.520.929	3.007.951
	1.931.156 1.000.000 400.000 100.000 89.773



# Aplicação do resultado líquido de 2020:

Em Assembleia de Participantes de 29 de junho de 2021, foi deliberado que o resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de 28.640 Euros, fosse transferido para resultados transitados.

# 10. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Fornecedores" corresponde ao montante a pagar resultantes de faturas de fornecedores de conta corrente.

Em 31 de dezembro de 2021, o Fundo apresentava um saldo com sociedade gestora BIZ Capital, SGOIC, S.A, no montante de 6.041 Euros (Nota 17).

# 11. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Outras dívidas a pagar" é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
Credores por acréscimos de gastos		
Auditores	5.597	2.798
Comissão de gestão	-	50
Comissão de custódia	2.713	2.683
	8.310	5.531



# 12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
Comissão de gestão	66.743	24.123
Advogados	28.977	52.938
Pegi	9.196	-
Auditores	5.843	5.597
Comissão de custódia	3.483	2.532
CBRE	2.541	-
Contabilidade	1.550	1.476
Comissão de supervisão	1.200	1.200
Deslocações	892	
Contencioso e notariado	757	80
Outros	332	333
INEGI	-	6.125
	121.514	87.867

# 13. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
Valores a refaturar	48.899	58.654
Prémio do SPA	87.267	
	136.166	58.654

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os valores a refaturar correspondem a gastos incorridos pelo Fundo na aquisição e gestão das participadas que, ao abrigo dos diversos SPA, foram refaturados à GreenPower Lux.



No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Prémio do SPA" refere-se ao montante acordado com a GreenPower Lux aquando dos diversos SPA a título de compensação do risco assumido pelo Fundo aquando do momento inicial da aquisição do Fundo.

# 14. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

A rubrica "Juros e rendimentos similares obtidos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme se segue:

	2021	2020
Juros de financiamentos concedidos	<u>39.903</u> <b>39.903</b>	7.111 7.111



# 15. COMPOSIÇÃO DISCRIMINADA DA CARTEIRA DO FUNDO

A carteira do Fundo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 encontra-se discriminada da seguinte forma:

			2021			
Designação	Critério valorimétrico	Valor de aquisição {€}	Valor em carteira (€)	% no capital da participada	Tempo de titularidade das participações	% no ativo do FCR
Investimentos						
Power Progress, Lda	Justo Valor	1 500	1 500	30%	3 meses	0,04%
Fuente la Higuera Solar, SI	Justo Valor	82 980	82 980	27%	1 mês	2,33%
Espejeres Solar, SL	Justo Valor	810	810	27%	1 mês	0,02%
Rabassa Solar, SL	Justo Valor	810	810	27%	1. mês	0,02%
Financiamentos						
Power Progress, Lda	Justo Valor	-	660 000	-	•	18,56%
Fuente la Higuera Solar, Sl	Justo Valor	-	1.890	- 46	-	0,05%
Unidades de participação:						
em NE II	Justo Valor	789 509	789 509	A	9 meses	22,20%
em Biz Europa Bear A	Justo Valor	750 000	750 000	-	3 meses	21,09%
em Biz Europa Bear B	Justo Valor	250 000	250 000	. 4.	3 meses	7,03%
Outros créditos a receber						
Palmeiro Foods, S.A.	Custo amortizado		14 877			0,42%
Hepotas, SL	Custo amortizado		41 578	vsa.		1,17%
Hepotas - Juros	Custo amortizado	-	7 014	36	•	0,20%
Fuente la Higuera Solar, SI	Custo amortizado	-	14 255		-	0,40%
Espejeres Solar, SL	Custo amortizado		10 734	•		0,30%
Rabassa Solar, SL	Custo amortizado		10 734	-		0,30%
GreenPower Lux	Custo amortizado	•	372 428		-	10,47%
Outros ativos financeiros						
Hepotas, SL	Custo amortizado	-	500 000	-	-	14,06%
Track Profit Energy, Lda	Custo amortizado	-	41 361	•	-	1,15%
Depósitos Bancários						
Bison Bank	Custo amortizado	ref	5 259	(40)	_	0,15%
Total no Exercicio		1.875 609	3 555 739			100,00%
Total no Ano anterior		-	2 987 970			



2020						
Designação	Critério valorimétrico	Valor de aquisição (€)	Valor em carteira (€)	% no capital da participada	Tempo de titularidade das participações	% no ativo do FCR
Investimentos					N N	
Track Profit Energy - Capital	Justo Valor	-	539.018	-		- 18,04%
Outros créditos a receber						
Track Profit Energy - Capital	Custo amortizado	-	65.765	-		2,20%
Depósitos Bancários						
Bison Bank	Custo amortizado	-	2.383.188	-		79,76%
Total no Exercício			2.987.970			100,00%
Total no Ano anterior						

# 16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos com partes relacionadas foram como segue:

	2021				
	Outros créditos a receber (Nota 6)	Fornecedores (Nota 10)	Outras dívidas a pagar (Nota 11)		
BIZ Capital, SGFIM, S.A. GreenPower Lux	- 372.429	6.041	16.620		
	372.429	6.041	16.620		

2	020
-	Outras dívidas
Fornecedores (Nota 10)	a pagar (Nota 11)
7.289	2.732
7.289	2.732

O gasto incorrido com a comissão de gestão do Fundo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, devido à sociedade BIZ Capital, SGOIC, S.A., ascendeu a 66.743 Euros.



A rubrica "Outros rendimentos" inclui rendimentos com a GreenPower Lux no montante de 136.166 Euros (Nota 13).

# **17. EVENTOS SUBSEQUENTES**

# Conflito na Ucrânia

A situação de seca meteorológica agravou-se este Inverno fazendo baixar os níveis das barragens a níveis bastantes baixos. No entanto, até à data não se prevê, para já a paragem da produção hidroelétrica.

Em fevereiro de 2022, teve início um conflito na Europa, com a invasão do território da Ucrânia por parte das tropas da Federação Russa. Esta situação irá originar consequências, não só no setor energético, como nos restantes setores da economia mundial.

A Empresa vai acompanhar a evolução desta situação para poder antecipadamente prever as consequências para a sua atividade.

Não se registaram outros eventos subsequentes relevantes, em data posterior às demonstrações financeiras apresentadas.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**GREENPOWER Fundo de Capital de Risco** 



RELATÓRIO DE AUDITORIA



Deloitte & Associados, SROC S.A. Registo na OROC nº 43 Registo na CMVM nº 20161389 Av. Eng. Duarte Pacheco, 7 1070-100 Lisboa Portugal

Tel: +(351) 210 427 500 www.deloitte.pt

# RELATÓRIO DE AUDITORIA

# RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

# Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do GreenPower – Fundo de Capital de Risco ("Fundo" ou "OIC"), gerido pela BIZ Capital, SRC, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 3.555.740 euros e um total de capital próprio de 3.537.393 euros, incluindo um resultado líquido de 54.555 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no primeiro parágrafo da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Capital de Risco.

# Bases para a opinião com reservas

Conforme indicado na Nota 5 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Investimentos financeiros" inclui o montante de 789.509 Euros referente a um investimento no fundo Novenergia II para o qual não existe, até à data deste relatório, informação financeira atualizada e auditada que nos permitisse concluir quanto ao valor de realização deste. Consequentemente, não é possível concluir quanto ao eventual efeito deste assunto nas demonstrações financeiras do Fundo em 31 de dezembro 2021.

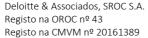
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.







Página 2 de 6

#### Matérias relevantes de auditoria

Para além da matéria descrita na secção "Bases para a opinião com reservas", as matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados

Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados

#### Mensuração dos investimentos financeiros

Conforme indicado na Nota 1 do anexo às demonstrações financeiras, o OIC é um Fundo de Capital de Risco, cujo património se destina ao financiamento de projetos e/ou aquisição, por tempo limitado, de investimentos financeiros em empresas com elevado potencial de desenvolvimento, visando a valorização das mesmas a longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade detinha: (i) participações financeiras e empréstimos em entidades que se dedicam à produção, comercialização e estudos de energia solar, nos montantes de 86.100 Euros e 661.890 Euros, respetivamente; e (ii) participações em fundos de investimento, no montante de 1.789.509 Euros.

Tal como indicado na Nota 3 do anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros são valorizados pelo seu justo valor. Contudo, para investimentos adquiridos há menos de 12 meses, é considerado o custo de aquisição como base na valorização dos investimentos financeiros, ao abrigo do Regulamento da CMVM n.º 3/2015 para este efeito, uma vez que estes instrumentos financeiros foram adquiridos no decurso do exercício de 2021.

Desta forma, considerando o saldo desta rubrica, a análise à valorização dos investimentos financeiros é uma matéria relevante de auditoria.

Os nossos principais procedimentos para mitigar este risco incluíram:

- Análise ao desenho e implementação dos controlos associados ao registo inicial dos investimentos financeiros;
- Obtenção do detalhe dos investimentos financeiros preparado pela Entidade Gestora, com referência a 31 de dezembro de 2021;
- Reconciliação do detalhe referido acima com os registos contabilísticos do Fundo;
- Análise dos contratos de suporte às aquisições e alienações de investimentos financeiros ocorridas no exercício de 2021;
- Análise dos procedimentos adotados pela Entidade Gestora para a valorização dos investimentos financeiros; e

Verificámos a adequação das divulgações incluídas no anexo às demonstrações financeiras.





# Mensuração e recuperabilidade dos ativos financeiros – Financiamento à Hepotas

Conforme indicado na Nota 1 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade é um Fundo de Capital de Risco, cujo património se destina ao financiamento de projetos e/ou aquisição, por tempo limitado, de participações no capital de empresas com elevado potencial de desenvolvimento, visando a valorização das mesmas a longo prazo.

Tal como indicado na Nota 3 do anexo às demonstrações financeiras, os ativos financeiros são registados ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade mantinha um ativo financeiro no montante de 500.000 Euros, relativo à primeira tranche de um financiamento de um projeto convertível em capital numa participação financeira numa entidade.

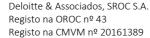
A determinação da existência de um potencial derivado incluído neste ativo financeiro tem inerente uma forte componente julgamental por parte do órgão de gestão sobre a informação disponível, nomeadamente o contrato de investimento, o estado atual do projeto e a estimativa do valor atual do montante que o Fundo espera recuperar do investimento, a qual incorpora também pressupostos acerca de acontecimentos futuros que poderão não se concretizar de forma esperada e reflete as intenções do órgão de gestão em cada momento quanto à gestão e detenção futura do investimento.

A determinação das perdas por imparidade para ativos financeiros tem inerente uma forte componente julgamental por parte do órgão de gestão sobre a informação disponível, nomeadamente na identificação de indícios de imparidade e na estimativa do valor atual do montante que o Fundo espera recuperar do investimento, a qual incorpora também pressupostos acerca de acontecimentos futuros que poderão não se concretizar de forma esperada e reflete as intenções do órgão de gestão em cada momento quanto à gestão e detenção futura do investimento.

Considerando as metodologias, julgamentos ou pressupostos que podem ser utilizados na valorização deste instrumento financeiro, consideramos que a mensuração deste ativo é uma matéria relevante de auditoria.

Os nossos principais procedimentos para mitigar este risco incluíram:

- Análise ao desenho e implementação dos controlos associados à mensuração dos ativos financeiros;
- Análise ao desenho e implementação dos controlos associados à análise de realização dos ativos financeiros;
- Análise ao Contrato de Investimento assinado entre a Galeólica, a GreenPower e a Hepotas, datado de 6 de outubro de 2020;
- Obtenção da análise ao enquadramento efetuado pela Empresa quanto ao método de reconhecimento deste instrumento financeiro;
- Obtenção da análise preparada pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora para a recuperabilidade dos ativos, nomeadamente o resumo das reuniões de acompanhamento dos projetos;
- Verificámos a adequação das divulgações incluídas no anexo às demonstrações financeiras





Página 4 de 6

# Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordocom os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para Sociedades de Capital de Risco;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

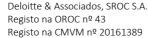
O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

# Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão degestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade Gestora do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade Gestora do Fundo descontinue as suas atividades;





Página 5 de 6

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, por remissão do n.º 2 do artigo 62.º do Regime Jurídico do Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Especializado, e no n.º 5 do artigo 2.º do Regulamento da CMVM n.º 3/2015.

# **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

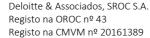
# Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no primeiro parágrafo da secção "Bases para a opinião com reservas", o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

# Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez na assembleia geral de acionistas da Entidade
   Gestora realizada em 22 de outubro de 2019, para um mandato iniciado em 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 31 de maio de 2022.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, entretanto revogado, e do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria.





Página 6 de 6

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, por remissão do n.º 2 do artigo 62.º do Regime Jurídico do Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Especializado, e no n.º 5 do artigo 2.º do Regulamento da CMVM n.º 3/2015.

Nos termos do n.º 2 (i) do artigo 62.º do Regime Jurídico do Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Especializado, aprovado pela Lei n.º 18/2015, de 4 de março, que remete para o artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, e do n.º 5 (ii) do artigo 2.º do Regulamento da CMVM n.º 3/2015, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento do regulamento de gestão do organismo de investimento em capital de risco;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 8 do artigo 10.º do Regime Jurídico do Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Especializado;
- O cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação e dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e no Regulamento da CMVM n.º 3/2015; e
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação.

Sobre as matérias indicadas, não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 31 de maio de 2022

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC

Registo na OROC n.º 992

Registo na CMVM n.º 20160607

# BIZ

info@bizcapital.eu

a BIZ Group Company